



Câmara aprova aumento do salário mínimo e alterações na isenção de IR

MP que não só eleva o salário mínimo mas também traz mudanças significativas na isenção do Imposto de Renda avança para o Senado.

24/08/2023

A Câmara dos Deputados do Brasil deu sinal verde para a Medida Provisória (MP) 1.172/23, que ajusta o salário mínimo nacional para R\$ 1.320 e modifica a tabela de isenção do **Imposto de Renda** (IR). A medida já estava em andamento desde 1º de maio deste ano, aguardando apenas a aprovação legislativa para se tornar uma lei permanente.

A aprovação ocorreu na noite desta quarta-feira (23), e agora o texto será encaminhado ao Senado Federal para análise. O relator da MP, deputado Merlong Solano (PT-PI), adicionou ao texto uma política de valorização do salário mínimo. Esta política, que entrará em vigor em 2024, vincula o aumento real do salário mínimo à variação positiva do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores.

Mudanças no Imposto de Renda

A MP também traz mudanças significativas na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (**IRPF**). Com a nova regra, indivíduos com renda mensal de até R\$ 2.640 estarão isentos de pagar o imposto. Anteriormente, a isenção se aplicava a quem ganhava até R\$ 1.903,98 por mês.

Impacto Fiscal

O governo estima que a nova faixa de isenção resultará em uma perda de receita de aproximadamente R\$ 3,2 bilhões em 2023. Para compensar, havia uma proposta para taxar rendimentos obtidos no exterior por residentes no Brasil, mas essa parte foi retirada do texto. Em vez disso, o governo enviará um projeto de lei separado para discutir a taxação de investimentos no exterior.

A medida provisória tem um prazo de 120 dias para ser aprovada pelo Congresso, caso contrário, perderá sua validade. O texto agora aguarda a análise do Senado Federal e, se aprovado, seguirá para sanção presidencial.

Publicado por

JULIANA MORATTO